

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: Constituições/Revisão
 Data 21/06/93 Pg.: 07

Empresários pleiteiam a exploração de minério em reservas indígenas

ANTÔNIO XIMENES

Os empresários do setor de mineração estão formando um bloco para questionar, na revisão constitucional, os espaços que servem, hoje, como reservas indígenas e de santuários ecológicos na Amazônia Legal. Eles pleiteiam que essas regiões possam ser abertas para a pesquisa e exploração de minérios, porque acreditam que o País não pode ficar sem usufruir das jazidas que se encontram nesses locais.

O diretor-superintendente da Paranapanema S/A, Samuel Hannan, disse que o estanho brasileiro precisa ser melhor aproveitado e, para que isso aconteça é necessário que se abram as fronteiras mineiras, que, hoje, estão em terras preservadas para fins ecológicos e indígenas. Ele destaca, também, que os demais minérios, entre eles o ouro, precisam ser explorados por empresas que pagam impostos e obedecem a legislação. Hannan salientou que os empresários da mineração têm que se unir em uma frente para atuarem na reforma constitucional e conseguirem uma profunda reformulação do Código de Mineração. Quanto à Amazônia Legal diz: "O Norte do País tem que ser uma alavanca para o cresci-

mento econômico. E não um paraíso preservacionista".

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, frisou que na reforma constitucional lutará para que o capital estrangeiro possa atuar na pesquisa e exploração das jazidas brasileiras, desde que seja de forma associada com empresas brasileiras. Quanto a ocupação mineral na Amazônia Legal, destacou que as áreas de preservação ecológica e indígena têm que ser detalhadamente analisadas. Ele salientou, também, que os parlamentares, o Governo Federal, os empresários e as entidades preservacionistas precisam traçar conjuntamente, os rumos do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da Amazônia. "Devemos ter em mãos todos os dados sobre a região, para que não venhamos a fazer uma exploração indiscriminada", detalhou.

O diretor-administrativo da Bahiasul, Hélio Black, enfatizou que o setor de mineração brasileiro precisa fazer uma profunda transformação nas áreas de pesquisa e de política de investimentos. Segundo ele, companhias como a Vale do Rio Doce são um exemplo de progresso conjugado, que une a exploração de

minérios com a construção de uma malha de transportes. O especialista ressaltou, ainda, que o Governo tem que redefinir um projeto nacional de desenvolvimento conjugado da Amazônia Legal. "Temos um potencial enorme, que a cada dia fica mais pobre com o contrabando das nossas riquezas. Precisamos dar um basta nisso", afirmou.

O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Iran Machado, frisou que o decréscimo dos investimentos na mineração brasileira se deve à legislação protecionista e ao exagero de "purismo" da União, em relação às riquezas minerais. Precisamos acordar para o próximo milênio e fazermos uma exploração racional e equilibrada de nosso subsolo", destacou.

O intelectual disse, ainda, que a economia do setor está intimamente associada ao mercado internacional e que, por essa razão, medidas "nacionalistas" somente contribuem para atrasar o desenvolvimento da mineração brasileira. Ele acrescentou, também, que a reforma constitucional tem que levar em conta que os empresários precisam de moeda forte para fazerem a renovação tecnológica da área.